

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	21
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	22
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	211.808.182
Preferenciais	0
Total	211.808.182
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.143.902	948.162	729.521
1.01	Ativo Circulante	61.277	54.346	28.872
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.324	25.629	6.010
1.01.03	Contas a Receber	25.699	24.895	21.729
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.850	2.188	395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.404	1.634	738
1.01.08.03	Outros	16.404	1.634	738
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.168	1.039	250
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	672	595	488
1.01.08.03.03	Empréstimos de partes relacionadas	14.564	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.082.625	893.816	700.649
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	119.716	163.319	87.504
1.02.01.04	Contas a Receber	2.169	2.411	2.002
1.02.01.04.01	Contas a receber	0	0	1.193
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.169	2.411	809
1.02.01.07	Tributos Diferidos	28.954	25.101	43.639
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	88.593	135.807	41.863
1.02.01.09.03	Empréstimos de partes relacionadas	88.593	135.807	41.863
1.02.02	Investimentos	42.183	0	0
1.02.03	Imobilizado	920.306	730.497	613.145
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	438.641	336.111	251.272
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	481.665	394.386	361.873
1.02.03.02.01	Ativos de direito de uso	481.665	394.386	361.873
1.02.04	Intangível	420	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.143.902	948.162	729.521
2.01	Passivo Circulante	153.135	113.445	73.912
2.01.02	Fornecedores	12.863	10.082	7.863
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.699	2.488	2.025
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.699	2.488	2.025
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.699	2.488	2.025
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.593	80.078	43.084
2.01.04.02	Debêntures	23.111	19.698	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	77.482	60.380	43.084
2.01.04.03.01	Passivos de arrendamento	58.960	43.353	43.084
2.01.04.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	18.522	17.027	0
2.01.05	Outras Obrigações	36.261	20.116	20.560
2.01.05.02	Outros	36.261	20.116	20.560
2.01.05.02.04	Obrigações tributárias	29.345	20.093	18.635
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	0	0	1.902
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	234	23	23
2.01.05.02.07	Receita Diferida	6.682	0	0
2.01.06	Provisões	719	681	380
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	719	681	380
2.01.06.01.05	Provisão trabalhista e encargos sociais	719	681	380
2.02	Passivo Não Circulante	945.283	883.448	637.635
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	832.655	766.638	350.185
2.02.01.02	Debêntures	465.849	487.051	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	366.806	279.587	350.185
2.02.01.03.01	Passivos de arrendamento	366.806	279.587	350.185
2.02.02	Outras Obrigações	10.703	11.996	286.388
2.02.02.02	Outros	10.703	11.996	286.388
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	0	0	683

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.04	Empréstimos a pagar a partes relacionadas	0	0	276.487
2.02.02.02.05	Desmobilização de Ativos	10.665	11.996	9.218
2.02.02.02.06	Receita Diferida	38	0	0
2.02.04	Provisões	101.925	104.814	1.062
2.02.04.02	Outras Provisões	101.925	104.814	1.062
2.02.04.02.04	Provisão Contingência	296	3.412	1.062
2.02.04.02.05	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	101.629	101.402	0
2.03	Patrimônio Líquido	45.484	-48.731	17.974
2.03.01	Capital Social Realizado	211.808	106.699	106.699
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-166.324	-155.430	-88.725

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	148.506	120.253	94.485
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.030	-42.700	-33.337
3.03	Resultado Bruto	96.476	77.553	61.148
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.766	-16.395	-10.196
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.490	-16.258	-9.680
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	6.116	-737	-2.943
3.04.03.01	Perdas estimadas de credito liquidação duvidosa	6.116	-737	-2.943
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.173	600	2.427
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.967	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.242	61.158	50.952
3.06	Resultado Financeiro	-128.925	-109.324	-31.978
3.06.01	Receitas Financeiras	19.166	27.833	71.036
3.06.02	Despesas Financeiras	-148.091	-137.157	-103.014
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.683	-48.166	18.974
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.854	-18.538	-12.672
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.829	-66.704	6.302
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.829	-66.704	6.302

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.829	-66.704	6.302
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.829	-66.704	6.302

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.683	-81.806	63.683
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	135.916	68.361	89.916
6.01.01.01	Resultado do exercício	-23.829	-66.704	6.302
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	-3.854	18.538	12.672
6.01.01.03	Depreciação	22.710	17.920	13.930
6.01.01.04	Atualização da provisão para desmobilização de ativos	664	559	436
6.01.01.05	Depreciação do ativo de direito de uso	30.683	25.862	20.338
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado	634	0	11
6.01.01.07	Provisão trabalhista e encargos sociais	39	301	-9
6.01.01.08	Variação cambial sobre empréstimo com parte relacionada	0	-84.526	-17.805
6.01.01.09	Provisão de juros sobre empréstimos	0	1.016	16.208
6.01.01.10	Juros com arrendamento	59.334	78.454	36.301
6.01.01.11	Juros sobre debêntures	75.445	81.277	0
6.01.01.12	Juros com empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	-15.226	-7.423	0
6.01.01.13	Provisão para demandas judiciais	-3.116	2.350	-1.411
6.01.01.14	Provisão para perdas esperadas de crédito	-6.116	737	2.943
6.01.01.15	Custo de captação	2.515	0	0
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-3.967	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.505	-10.393	-14.042
6.01.02.01	Contas a receber	5.310	-5.078	-8.179
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-129	-789	-143
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-663	-1.792	1
6.01.02.04	Outras contas a receber	168	-1.712	-26
6.01.02.05	Fornecedores	-6.746	-2.467	-7.213
6.01.02.06	Obrigações tributárias	9.251	1.663	1.211
6.01.02.07	Adiantamentos de clientes	2	-217	305
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-408	-1	2
6.01.02.09	Receita diferida	6.720	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.03	Outros	-140.738	-139.774	-12.191
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	213	259	-3.170
6.01.03.02	Juros sobre debêntures pagos	-94.331	-61.579	0
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos pagos	-46.620	-78.454	-9.021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.103	-79.412	-65.366
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-118.341	-95.854	-59.447
6.02.02	Resgate de Aplicação de Títulos e Valores Mobiliarios	8.085	16.442	0
6.02.03	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	86	0	0
6.02.04	Recebimento de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	0	0	13.111
6.02.05	Aumento de empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	-1.513	0	-19.030
6.02.06	Aquisição de intangível	-420	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94.115	180.837	-1.106
6.03.01	Debêntures	0	500.000	0
6.03.02	Custo de captação	-1.418	-12.949	0
6.03.03	Pagamento de principal de passivos de arrendamento	-9.576	-10.275	-36.301
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	0	-132.065	-5.417
6.03.06	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	0	-60.912	0
6.03.07	Aumento de empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	0	-102.962	0
6.03.08	Aumento de capital social e AFAC	105.109	0	40.612
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.305	19.619	-2.789
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.629	6.010	8.799
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.324	25.629	6.010

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.109	0	0	0	0	105.109
5.04.01	Aumentos de Capital	105.109	0	0	0	-17.372	87.737
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de Capital	0	0	0	0	17.372	17.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.894	0	-10.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.829	0	-23.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	12.935	0	12.935
5.05.02.06	Reserva de lucros reflexa	0	0	0	12.935	0	12.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-88.726	0	17.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-88.726	0	17.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.704	0	-66.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.704	0	-66.704
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.273	2.813	0	-95.028	0	-28.942
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.273	2.813	0	-95.028	0	-28.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.813	-2.813	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813	-2.813	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	40.612	0	0	6.302	0	46.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.302	0	6.302
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	40.612	0	0	0	0	40.612
5.05.02.06	Interlização de Capital	40.612	0	0	0	0	40.612
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.698	0	0	-88.726	0	17.972

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	288.948	219.919	97.651
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	148.506	120.253	98.167
7.01.02	Outras Receitas	140.442	99.666	-516
7.01.02.01	Outras receitas	6.807	601	2.427
7.01.02.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6.116	-737	-2.943
7.01.02.03	Receitas relativas à construção de ativos próprios	127.519	99.802	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.811	-109.834	-6.465
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.443	-31.391	-376
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-94.368	-78.443	-6.089
7.03	Valor Adicionado Bruto	157.137	110.085	91.186
7.04	Retenções	-51.336	-42.183	-33.001
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.336	-42.183	-33.001
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	105.801	67.902	58.185
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.133	27.833	71.036
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.967	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	19.166	27.833	71.036
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.934	95.735	129.221
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.934	95.735	129.221
7.08.01	Pessoal	5.755	4.183	2.902
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.179	3.417	1.869
7.08.01.02	Benefícios	1.350	555	420
7.08.01.03	F.G.T.S.	226	211	613
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.690	20.624	16.536
7.08.02.01	Federais	-1.783	20.587	16.494
7.08.02.03	Municipais	93	37	42
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.698	137.632	103.481
7.08.03.01	Juros	64.239	50.445	102.989
7.08.03.02	Aluguéis	607	476	474

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.03	Outras	83.852	86.711	18
7.08.03.03.01	Debêntures	78.085	83.806	0
7.08.03.03.02	Outras	5.767	2.905	18
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.829	-66.704	6.302
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.829	-66.704	6.302

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.025.213	0	0
1.01	Ativo Circulante	62.028	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.419	0	0
1.01.03	Contas a Receber	25.807	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.850	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.952	0	0
1.01.08.03	Outros	16.952	0	0
1.01.08.03.01	Outros ativos circulantes	1.648	0	0
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	672	0	0
1.01.08.03.03	Empréstimos de partes relacionadas	14.564	0	0
1.01.08.03.04	Direitos creditórios	68	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	963.185	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	119.986	0	0
1.02.01.04	Contas a Receber	2.169	0	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.169	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	28.954	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.954	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	88.593	0	0
1.02.01.09.03	Empréstimos de partes relacionadas	88.593	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	270	0	0
1.02.01.10.03	Direitos creditórios	270	0	0
1.02.03	Imobilizado	842.779	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	446.104	0	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	396.675	0	0
1.02.04	Intangível	420	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.025.213	0	0
2.01	Passivo Circulante	135.580	0	0
2.01.02	Fornecedores	13.430	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.982	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.982	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.982	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.147	0	0
2.01.04.02	Debêntures	23.111	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	59.036	0	0
2.01.04.03.01	Passivos de arrendamento	58.960	0	0
2.01.04.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	76	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	36.302	0	0
2.01.05.02	Outros	36.302	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações tributárias	29.386	0	0
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	234	0	0
2.01.05.02.07	Receita Diferida	6.682	0	0
2.01.06	Provisões	719	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	719	0	0
2.01.06.01.05	Provisão trabalhista e encargos sociais	719	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	844.149	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	833.150	0	0
2.02.01.02	Debêntures	465.849	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	367.301	0	0
2.02.01.03.01	Passivos de arrendamento	366.806	0	0
2.02.01.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	495	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	10.703	0	0
2.02.02.02	Outros	10.703	0	0
2.02.02.02.03	Receita diferida	38	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.04	Desmobilização de Ativos	10.665	0	0
2.02.04	Provisões	296	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	296	0	0
2.02.04.02.04	Provisão Contingência	296	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	45.484	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	211.808	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-166.324	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	148.615	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.302	0	0
3.03	Resultado Bruto	101.313	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	524	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.765	0	0
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	6.116	0	0
3.04.03.01	Perdas estimadas de credito liquidação duvidosa	6.116	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.173	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.837	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-128.928	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	19.166	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-148.094	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.091	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.262	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.829	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-23.829	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,11	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-23.829	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-23.829	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.150	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.475	0	0
6.01.01.01	Resultado do exercício	-23.829	0	0
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	-3.262	0	0
6.01.01.03	Depreciação	22.710	0	0
6.01.01.04	Atualização da provisão para desmobilização de ativos	664	0	0
6.01.01.05	Depreciação do ativo de direito de uso	30.683	0	0
6.01.01.06	Baixa ativo imobilizado	634	0	0
6.01.01.07	Provisão trabalhista e encargos sociais	39	0	0
6.01.01.10	Juros com arrendamento	59.334	0	0
6.01.01.11	Juros sobre debêntures	75.445	0	0
6.01.01.12	Juros com empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	-15.226	0	0
6.01.01.13	Custo de captação	2.515	0	0
6.01.01.14	Provisão para demandas judiciais	-3.116	0	0
6.01.01.15	Provisão para perdas esperadas de crédito	-6.116	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.867	0	0
6.01.02.01	Contas a receber	-4.098	0	0
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	546	0	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-663	0	0
6.01.02.04	Outras contas a receber	168	0	0
6.01.02.05	Direitos creditórios	3.848	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	-6.604	0	0
6.01.02.07	Obrigações tributárias	9.251	0	0
6.01.02.08	Receita diferida	6.720	0	0
6.01.02.09	Receita diferida	2	0	0
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-303	0	0
6.01.03	Outros	-141.192	0	0
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-241	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.03.02	Juros sobre debêntures pagos	-94.331	0	0
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos pagos	-46.620	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-111.475	0	0
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-119.226	0	0
6.02.02	Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	8.085	0	0
6.02.03	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	86	0	0
6.02.04	Aquisição de intangível	-420	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94.115	0	0
6.03.02	Custo de captação	-1.418	0	0
6.03.03	Pagamento de principal de passivos de arrendamento	-9.576	0	0
6.03.07	Aumento de capital social e AFAC	105.109	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.210	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.629	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.419	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.109	0	0	0	0	105.109	0	105.109
5.04.01	Aumentos de Capital	105.109	0	0	0	-17.372	87.737	0	87.737
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de Capital	0	0	0	0	17.372	17.372	0	17.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.894	0	-10.894	0	-10.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.829	0	-23.829	0	-23.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	12.935	0	12.935	0	12.935
5.05.02.06	Reserva de lucros reflexa	0	0	0	12.935	0	12.935	0	12.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484	0	45.484

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-88.726	0	17.973	0	17.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-88.726	0	17.973	0	17.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.704	0	-66.704	0	-66.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.704	0	-66.704	0	-66.704
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.273	2.813	0	-95.028	0	-28.942	0	-28.942
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.273	2.813	0	-95.028	0	-28.942	0	-28.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.813	-2.813	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813	-2.813	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	40.612	0	0	6.302	0	46.914	0	46.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.302	0	6.302	0	6.302
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	40.612	0	0	0	0	40.612	0	40.612
5.05.02.06	Interlização de Capital	40.612	0	0	0	0	40.612	0	40.612
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.698	0	0	-88.726	0	17.972	0	17.972

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	289.613	0	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	149.171	0	0
7.01.02	Outras Receitas	140.442	0	0
7.01.02.01	Outras Receitas	6.807	0	0
7.01.02.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	127.519	0	0
7.01.02.03	Receitas relativas à construção de ativos próprios	6.116	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-132.637	0	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-38.001	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-94.636	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	156.976	0	0
7.04	Retenções	-46.607	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.607	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	110.369	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.166	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	19.166	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	129.535	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	129.535	0	0
7.08.01	Pessoal	5.755	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.179	0	0
7.08.01.02	Benefícios	1.350	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	226	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.091	0	0
7.08.02.01	Federais	-1.192	0	0
7.08.02.03	Municipais	101	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.700	0	0
7.08.03.01	Juros	64.239	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	607	0	0
7.08.03.03	Outras	83.854	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03.03.01	Debêntures	78.085	0	0
7.08.03.03.02	Outras	5.769	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.829	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.829	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Prezados Acionistas, Colaboradores e Parceiros,

Temos o prazer de apresentar o Relatório da Administração da **Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.** (BTC ou Companhia) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Este documento reflete nossa evolução, desafios superados e conquistas no setor de infraestrutura para telecomunicações no Brasil.

O ano de 2024 foi marcado por uma significativa expansão da nossa atuação no território nacional, com crescimento expressivo em nossa base de ativos e fortalecimento estratégico das parcerias com as principais operadoras de telefonia móvel do país. Mantemos nosso compromisso inabalável com a inclusão digital e a democratização do acesso a serviços tecnológicos no Brasil, promovendo a conectividade de forma sustentável.

Desde nossa fundação em 2011, consolidamos nossa posição como um dos principais players no setor de infraestrutura compartilhada, contando atualmente com mais de 1.500 pontos de infraestrutura em operação e centenas de novos projetos em andamento nos 27 estados do Brasil.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, que são essenciais para o nosso sucesso.

Administração e Diretoria Executiva

Visão geral

Quem Somos

A Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC ou Companhia) foi fundada em setembro de 2011, presente em mais de 500 municípios, tem como principais atividades o aluguel de espaço de antena em infraestruturas de comunicação, para prestadores de serviços sem fio, empresas de transmissão de rádio e televisão, compra ou locação de imóveis para instalação das infraestruturas. Manteve evolução constante em seus ativos, gerenciada por um time com anos de experiência em telecomunicações e infraestruturas digitais, contando com controles e gerenciamento próprios que garantem a qualidade de implantação e manutenção, controle de licenças ambientais, para cada site construído e em manutenção.

Todas as infraestruturas são construídas para multilocação, garantindo eficiência e otimização dos ativos. Elas estão estrategicamente posicionadas em locais que favorecem o crescimento sustentável do portfólio, permitindo a ampliação da cobertura e a maximização da utilização dos espaços. A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais com atuação em todas as regiões do Brasil, com mais de 1.500 infraestruturas de telecomunicação, como torres, *rooftops*, postes sustentáveis, instaladas em todo Brasil, espalhadas em 26 estados e no Distrito Federal. A Companhia atua no território nacional, por meio das suas infraestruturas de telecomunicações estrategicamente localizadas para atender as necessidades de expansão e melhoria na qualidade do sinal de nossos clientes.

Em 3 de novembro de 2022, com o objetivo de viabilizar a emissão de valores mobiliários e ampliar sua atuação no mercado de capitais, a Companhia foi transformada em sociedade anônima, passando a adotar sua atual denominação social: Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Modelo de Negócio

A BTC opera no modelo de infraestrutura compartilhada, permitindo que múltiplas operadoras utilizem a mesma estrutura física para a instalação de seus equipamentos, promovendo eficiência operacional e sustentabilidade. Atualmente, a Companhia está presente em mais de 500 municípios e conta com sistemas de controle e gestão próprios que garantem a qualidade na implantação, manutenção e licenciamento ambiental.

Aquisição de Debêntures de sua própria emissão

Uma vez que a variação cambial decorrente dos financiamentos em dólar, com as partes relacionadas, tornava-se um evento importante, no sentido de mitigar condições futuras não favoráveis ao negócio, a administração da BTC realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de janeiro de 2023.

O valor total da emissão foi de R\$500.000 (quinhentos milhões de reais), para utilização dos recursos líquidos na gestão de passivos, serviço de dívidas e pré-pagamento dos empréstimos em dólar, vigentes até a data da entrada dos recursos no caixa da BTC.

No decorrer de 2024, a BTC avançou com sua estratégia de otimização financeira e planejamento de investimentos, estruturando uma nova emissão de debêntures incentivadas. Como detalhado no item 28 - Eventos Subsequentes, a segunda emissão de debêntures. A nova emissão representa a continuidade da companhia no projeto de expansão de infraestruturas de telecomunicações, em conformidade com as diretrizes da linha de crédito incentivado aprovada pelo Ministério das Comunicações (MCom).

Destaque operacional e econômico-financeiro

A receita da Companhia é composta principalmente pela cessão de espaço em suas infraestruturas e pela adequação de locais para instalação de transmissores de telecomunicações. Nos últimos quatro exercícios, a BTC apresentou um crescimento expressivo, consolidando-se como referência no setor.

Abaixo, destacamos alguns indicadores financeiros relevantes:

Receita Bruta (em R\$ Mil)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Adequação de Infra	986	690	442	385
Cessão de Torres	153.628	124.106	97.726	73.397

Infraestruturas de Telecomunicação Instaladas

	2024	2023	2022	2021
Quantidade	1.566	1.422	1.202	1.002

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais sólidas, suportadas por sua estratégia de otimização de capital e gestão eficiente do endividamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento Líquido (em R\$ mil)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	488.960	506.749
(-) Caixa e Equivalentes	16.324	25.629
Endividamento Líquido	472.636	481.120

A variação apresentada acima entre os exercícios e períodos analisados, deve-se, principalmente, à mudança no perfil de endividamento da companhia, que até 31 de dezembro de 2022 possuía 100% de empréstimo com partes relacionadas e, em janeiro de 2023, com a escrituração das debêntures, alterou seu perfil de dívida e de Caixa e equivalentes de caixa.

Disponibilidade de caixa (em R\$ mil)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encerrou com caixa de R\$16.324 em comparação a R\$25.629 em 31 de dezembro de 2023. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pelo investimento externo recebido pela Companhia.

Empréstimos e Debêntures (em R\$ mil)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encerrou com saldo a pagar de debêntures de R\$488.960, em comparação com R\$506.749 em 31 de dezembro de 2023. O comportamento dos empréstimos e financiamentos da Companhia foi influenciado, principalmente, pelas movimentações das debêntures, como o pagamento de juros incorridos no período.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia gerencia o risco de liquidez pelo acompanhamento do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros. Considerando as disponibilidades e o nível de geração de caixa operacional, o cronograma de amortização do seu endividamento e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos junto às partes relacionadas e no mercado de capitais, em relação às suas necessidades de caixa, os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

Fontes de financiamento

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem utilizado geração de caixa próprio, captação no mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários de renda fixa e, principalmente, empréstimos *intercompany*.

Riscos, Desafios e Oportunidades Econômicas e Setoriais

Um grande desafio, que se tornou uma conquista para a BTC, foi a obtenção do Registro S/A categoria B em 2023, consolidando a posição de empresa aberta e cumprindo as exigências da operação de emissão das debêntures. Também sujeita aos compromissos da escritura de emissão das debêntures, quais sejam, pagamentos dos juros, cumprimentos dos *covenants* financeiros e não financeiros, compromissos com os agentes fiduciários, custodiantes, reguladores e investidores, em 2023 e até a presente revisão a BTC cumpriu todos os compromissos, prazos e cláusulas previstas na referida escritura.

A BTC gerencia o risco de mercado, especialmente os preços dos insumos e aluguéis, otimizando o planejamento de compras de produtos e serviços necessários a entrega das infraestruturas. Além disso, todos os contratos estão indexados a índices de mercado, sendo 46% dos contratos indexados pelo IPCA, 44% pelo IGPM e 10% por outros índices.

A partir de 2023 a BTC, para eliminar o risco cambial referente aos empréstimos com partes relacionadas, emitiu debêntures, passando para reais o seu endividamento. Assim o cenário atual de exposição de juros de endividamento está atrelado ao CDI, que apresentou queda em 2023 com perspectivas de continuar em ritmo de redução em 2024.

O ano de 2024 consolidou um ambiente de crescimento econômico mais robusto no Brasil, com o PIB avançando 3,4%, impulsionado por setores estratégicos e pelo aumento da demanda interna. A inflação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

encerrou o ano em 4,83%, levando o Banco Central a elevar a taxa Selic para 13,25%, impactando o custo de capital para empresas do setor de infraestrutura. Mesmo diante desse cenário, o mercado de telecomunicações seguiu como um vetor de crescimento, impulsionado por políticas de incentivo e pelo avanço da digitalização. A atratividade do setor levou a um aumento dos investimentos privados e estrangeiros, consolidando a BTC como um player estratégico na expansão da conectividade no país.

No segmento de atuação da BTC, o setor de telecomunicações registrou um avanço significativo em infraestrutura e conectividade, impulsionado pela crescente demanda por dados e pela expansão acelerada da tecnologia 5G. A BTC desempenhou um papel essencial nesse processo, expandindo sua rede de torres e soluções de infraestrutura compartilhada para suportar a modernização das redes móveis. Ao longo de 2024, a Companhia ampliou sua atuação para cidades de médio porte, alinhando-se às exigências regulatórias e às necessidades das operadoras. A digitalização do setor também avançou, com a adoção de novas tecnologias para monitoramento e gestão remota de ativos, garantindo maior eficiência operacional e aprimoramento dos serviços prestados às operadoras e provedores regionais

Diante desse cenário dinâmico, a BTC identificou diversas oportunidades estratégicas para ampliar sua atuação e consolidar sua presença no setor. A crescente necessidade de infraestruturas mais densas nas grandes cidades impulsionou a demanda por novas soluções como o “*Street Level Solution*” e torres compartilhadas, criando um ambiente favorável para novos investimentos da Companhia. Essa estratégia reforça o compromisso da Companhia com a inovação e o desenvolvimento sustentável do setor.

A BTC manteve uma abordagem estratégica para otimizar sua estrutura financeira diante do cenário macroeconômico desafiador de 2024. O aumento da taxa Selic para 13,25% reforçou a importância da gestão eficiente do endividamento, levando a Companhia a avançar com novas emissões de debêntures para fortalecer seu fluxo de caixa e garantir a execução de seu plano de expansão. A transição do endividamento para moeda local, iniciada em 2023, consolidou-se ao longo de 2024, reduzindo a exposição ao câmbio e garantindo maior previsibilidade financeira.

Aquisição e Controladas

Em maio de 2024, a BTC tornou-se controladora direta da Empresa Ponto Sul, adquirindo 100% de seu capital social.

Em junho de 2024, a BTC LP, controladora da Brazil Tower, Cessão de Infraestrutura S.A., constituiu um Fundo de Investimento Multiestratégia, gerido e administrado pelo Banco BTG Pactual.

Em julho de 2024, a BTC S.A. adquiriu 100% do controle da Z Fiber Provedor de Acesso à Rede de Comunicação S.A. (“Z Fiber”), empresa autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia em todo o território nacional, por prazo indeterminado e sem caráter de exclusividade.

Estratégia e perspectivas

A estratégia da Brazil Tower Company (BTC) para os próximos anos se inspira e se baseia no desempenho notável da empresa ao longo dos últimos três anos. Em outras palavras, nosso passado recente não apenas explica, mas também define o caminho que trilharemos no futuro.

A pandemia trouxe consigo uma transformação significativa no mercado de implantação de torres. A legislação se modernizou e a percepção da sociedade evoluiu. A instalação de torres próximas a áreas residenciais deixou de ser vista como uma agressão ao meio ambiente, tornando-se uma necessidade vital para as pessoas. As atividades de telecomunicações foram definitivamente reconhecidas como serviços essenciais e de primeira necessidade para a população e para as comunidades.

Aproveitando este cenário favorável e a reputação construída ao longo de 10 anos como a empresa mais eficiente na entrega de sites licenciados e operacionais para seus clientes, a Brazil Tower

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

concentrou-se em sua operação. As metas acordadas foram alcançadas, tanto com os acionistas quanto, principalmente, com os principais clientes: VIVO e CLARO.

A potencial restrição nessa trajetória, representada pela necessidade de capital para investimentos elevados e contínuos, foi superada com a primeira emissão de debêntures em janeiro de 2022. Captamos R\$ 500 milhões, reduzimos nossa dívida em dólar e investimos fortemente na construção de novos sites. Além disso, os sócios realizaram um aporte de R\$ 100 milhões na companhia.

Este foi um grande salto. Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2024, foram construídas 602 novas estruturas verticais. O número total de sites passou de 1007 para 1609, representando um crescimento de 60% em nossos principais ativos.

No mesmo período, a receita bruta da Brazil Tower cresceu 115,5%, mais que dobrando, passando de R\$ 75 milhões em 2021 para R\$ 161,5 milhões em 2024.

Esse ambiente se mostrou decisivo para um novo plano de expansão, impulsionado por um *backlog* (quantidade de novos sites solicitados pelas operadoras) sem precedentes e, novamente, pela forte necessidade de capital para atender e entregar a demanda.

Após nove meses de intensas negociações, sócios, equipe financeira e equipe jurídica se concentraram em uma reestruturação da dívida que proporcionasse capital para investimentos.

O projeto teve como base as debêntures incentivadas, um formato disponível e com menor custo em comparação com nossa dívida da primeira emissão. O trabalho teve como data base o final de 2024, mas o sucesso só foi alcançado em março de 2025. A necessidade de diligências, reorganizações, aprovação de credores e a crise no mercado em dezembro de 2024 causaram esse atraso. Embora nossos planos não tenham sido comprometidos, surgiu a necessidade de acelerar o ritmo de implantação.

O acordo final, refletindo o interesse de todos os envolvidos, resultou em recursos financeiros a partir de 17 de março de 2025.

Segue um resumo:

- **Valor captado na segunda emissão: R\$ 625 milhões**
- **Valor pago para liquidação da primeira emissão (Principal + Juros): R\$ 528,9 milhões**
- **Saldo Operação Debêntures Incentivadas: R\$ 96,1 milhões**
- **Aporte de Capital realizado: R\$ 117 milhões**
- **Pagamento de serviços do empréstimo mútuo entre BTC LP e BTC S.A: R\$ 15 milhões**
- **Total de novos recursos disponíveis em caixa e destinados à construção de novos sites: R\$ 228 milhões.**

Os recursos garantirão fôlego financeiro para os próximos dois anos, proporcionando tempo e capital necessários para a entrega dos 500 novos sites acordados dentro da nova estrutura de capital.

É fundamental destacar que esse novo cenário para a BTC exige que a companhia amplie seu foco para além da excelência operacional, incorporando valores essenciais para sua sustentabilidade e crescimento.

A digitalização da informação, a sistematização dos processos e, sobretudo, a implementação imediata de práticas de governança mais robustas, incluindo a adequação das políticas internas, tornaram-se prioridades para a administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar seus auditores independentes, atualmente a KPMG Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a prestação de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação desses serviços as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Mensagem final

A BTC encerra 2024 em posição privilegiada para capitalizar as oportunidades do setor de telecomunicações nos próximos anos. Nossa base de ativos robusta, presença nacional, excelência operacional e solidez financeira nos proporcionam fundamentos sólidos para um crescimento sustentável.

Mantemos nosso compromisso inabalável com a missão de fazer parte do processo de democratização do acesso à conectividade no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Acreditamos que, ao prover a infraestrutura essencial para a digitalização da sociedade, estamos não apenas construindo um negócio bem-sucedido, mas também participando ativamente da construção de um futuro mais conectado e inclusivo.

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Disclaimer

Este documento foi preparado pela Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC) visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC).

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Companhia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem riscos e incertezas, podendo, desta forma haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | (milhares de reais)

1. Contexto operacional

Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. ("Brazil Tower", "BTC Brazil" ou "Companhia") foi fundada em 22 de agosto de 2011, localizada na Rua Eduardo Porto, 95, cidade Jardim, Belo Horizonte - MG - CEP 30.380-060. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia (individual ou controladora) e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo' ou 'Consolidado').

O Grupo está envolvido, primariamente, nas atividades de aluguéis de espaço de antena em torres de comunicação, compra ou locação de imóveis para a instalação de torres, a aquisição de direitos creditórios e investimento em outras empresas como sócia ou acionista.

2. Relação de entidade controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

	Participação Societária %		Localização da sede
	2024	2023	
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	100	–	Brasil
Z Fiber Provedor de Acesso a Rede de Comunicação S.A.	100	–	Brasil

3. Reorganização societária

3.1 Constituição de FIP

Em 01 de abril de 2024, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital no montante de R\$17.372. Este aumento de capital foi realizado em função da reorganização societária do seus controladores, onde:

Foi registrado na CVM, em 03 de maio de 2024 o fundo de investimento em participações denominado Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP), registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM e gerido pelo BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos LTDA.

Em 12 de junho de 2024 foi concluída a reorganização societária da Brazil Tower, por meio da qual foi criado o fundo de investimento em participação denominado Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ nº 54.996.537/0001-82 ("FIP") passou a deter a totalidade das ações da Brazil Tower. A Brazil Tower Company, LP, sociedade constituída de acordo com as leis do estado de Delaware, nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ nº 14.105.904/0001-96 ("BTC LP"), única acionista da Brazil Tower, transferiu a totalidade de suas ações de emissão da Companhia ao FIP para fins de integralização das cotas do FIP por ela subscritas e, desta forma, o FIP tornou-se o novo controlador direto da Brazil Tower e controlador indireto da Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda, sendo as quotas do FIP detidas pela BTC LP.

A reorganização foi aprovada pelos acionistas, debenturistas e informada aos órgãos competentes, incluindo as assembleias de acionistas das respectivas empresas, e devidamente registrada nos órgãos reguladores pertinentes, tendo sido publicado em fato relevante no dia 01 de julho de 2024.

Notas Explicativas

3.2 Aquisição de controladas

a) Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda

Ainda como parte da reorganização societária, em 27 de maio de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda. ("Ponto Sul"), anteriormente uma empresa-irmã. Nessa mesma data, a BTC LP, então única cotista da Ponto Sul, transferiu a totalidade de suas quotas para a Brazil Tower Cessão de Infraestruturas S.A. (Companhia), que passou a ser sua única quotista.

Além disso, com a estruturação do FIP, a BTC LP contribuiu com a totalidade das ações da BTC Brazil de sua titularidade para o fundo, tornando-se controladora indireta tanto da Companhia quanto da Ponto Sul. A transação, caracterizada como uma operação entre partes sob controle comum, resultou na inclusão da Ponto Sul como controlada da Companhia.

A **Ponto Sul** tem como principal atividade a aquisição, cessão e gestão de fluxos de caixa provenientes de contratos de locação de imóveis associados a torres de telecomunicações em todo o território nacional.

A aquisição da Ponto Sul está alinhada com a estratégia do Grupo de expandir sua participação no setor de infraestrutura de telecomunicações, consolidando-se como um dos principais gestores de ativos imobiliários vinculados à operação de torres de transmissão. O modelo de negócios da Ponto Sul consiste em adquirir fluxos de caixa provenientes dos arrendamentos de terrenos de proprietários onde as torres estão instaladas, garantindo maior previsibilidade financeira e otimização da estrutura de custos da empresa controladora.

A administração acredita que essa aquisição permitirá ao Grupo sinergias operacionais entre suas controladas.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos contábeis que viabilizou a reorganização societária, permitindo que a empresa Ponto Sul passasse a ser controlada pela BTC:

Valores contábeis em 30 de abril de 2024

	Valores em R\$ mil
	Ponto Sul
Caixa e equivalentes de caixa	66
Contas a receber	1.602
Cessão de direitos creditórios	39.240
Outros ativos	1.132
Imobilizado	6.578
Total do ativo	48.618
Fornecedores e outras contas a pagar	322
Obrigações sociais e tributárias	99
Outros passivos	61
Empréstimos	35.643
Total do passivo	36.125
Acervo líquido adquirido	12.493

Conforme mencionado anteriormente, a aquisição da Ponto Sul ocorreu no contexto de uma reestruturação societária, na qual a empresa, anteriormente classificada como empresa-irmã, passou a ser controlada pela Companhia. Dessa forma, antes da transação, a Companhia tinha um empréstimo a receber da Ponto Sul. Como parte da transferência de quotas, a Companhia perdoou a dívida com a contraparte. Em adição a isso, não houve nenhuma outra contraprestação paga decorrente da transação sob controle comum. Além disso, não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), uma vez que a alocação do preço de aquisição refletiu apenas a apropriação do acervo líquido adquirido. O registro tomou como base os valores dos livros da Ponto Sul em 30 de abril de 2024.

Notas Explicativas

b) Z Fiber Provedor de Acesso à Rede de Comunicação S.A.

Em 17 de junho de 2024, a Brazil Tower Cessão de Infraestruturas S.A. adquiriu 100% do capital da Z Fiber Provedor de Acesso à Rede de Comunicação S.A. ("Z Fiber"), empresa autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), sem caráter de exclusividade e por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

A aquisição da Z Fiber, empresa sem movimentação operacional foi caracterizada como uma aquisição de ativos, uma vez que não envolveu um conjunto de atividades e ativos que configurassem um negócio. A transação envolveu partes relacionadas, uma vez que ambas as entidades possuem acionistas em comum. No entanto, a transação não se caracteriza como uma transação sob controle comum, pois as entidades não estavam sob o mesmo controle antes da data de aquisição. O principal ativo adquirido foi a concessão do direito de exploração concedido pelo Ministério das Comunicações (MCom), no montante de R\$440.

A alocação do preço de aquisição foi realizada da seguinte forma:

	Valor
	Z Fiber
Valor da contraprestação - Direito de Exploração (Mcom)	440
	440

Direito de exploração O valor da contraprestação foi determinado com base na negociação entre as partes.

Como parte do contrato de aquisição da Z Fiber foi estabelecido pagamento adicional caso ocorresse emissão de debêntures no valor de R\$1,2 bilhão. A Companhia concordou em pagar ao vendedor (parte relacionada) um valor adicional de R\$1.760 mil, em único pagamento, caso ocorresse a emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, considerando o elevado desafio de realizar uma emissão desse porte, aliado às condições econômicas e ao apetite do mercado, a Companhia estimou o valor da contraprestação contingente como zero na data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, essa estimativa permaneceu inalterada, uma vez que o evento condicional não se concretizou. Conforme nota explicativa 28, a emissão de debêntures incentivada, ocorrida em 06 de março de 2025, não atingiu o montante estipulado no contrato, reforçando a avaliação de que não há obrigação de desembolso futuro relacionada a essa contraprestação.

A aquisição da Z Fiber está alinhada à estratégia do Grupo de diversificação e integração vertical no setor de telecomunicações, viabilizando a oferta combinada de infraestrutura passiva (torres) e ativa (conectividade via fibra óptica e outros meios).

A integração entre as empresas pode gerar sinergias estratégicas ao combinar a capilaridade das redes de fibra óptica da Z Fiber, tanto apagadas quanto iluminadas, com as infraestruturas físicas da Brazil Tower. Essa combinação fortalece a capacidade da Companhia de cumprir as metas de cobertura nacional estabelecidas pela ANATEL.

A administração considera que a aquisição da Z Fiber trará benefícios estratégicos para o Grupo, incluindo:

- Expansão da presença no mercado de comunicação multimídia, permitindo novas ofertas de serviços integrados;
- Possibilidade de alavancar a infraestrutura existente para otimizar investimentos em novas redes;

3.3 Consolidação da posição competitiva do grupo no setor de telecomunicações. Aporte de capital Posterior à Reorganização Societária

Notas Explicativas

Após a realização da Reorganização Societária, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de junho de 2024, por unanimidade e sem restrições, aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$87.737 integralizado pelo FIP, acionista único da Companhia, vide nota explicativa 19. Dessa forma, considerando ambos os aumentos de capital da Companhia realizados, o capital social da Companhia foi acrescido em R\$105.109.

4. Base de preparação

4.1 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de obrigações tributárias, fornecedores, passivos de arrendamento e outras contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no valor de (R\$91.858), (R\$59.099 negativo em 31 de dezembro de 2023) na controladora e negativo em (R\$73.552) no consolidado em 31 de dezembro de 2024. Com o prejuízo no período fim de dezembro de 2024 no valor de (R\$23.829) (R\$66.704 em 31 de dezembro de 2023) a Companhia apresentou o Patrimônio Líquido no valor de R\$45.484 (negativo em R\$48.731 em 31 de dezembro de 2023) e apresentou geração positiva de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no período fim de 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$8.749 (geração negativa de caixa de R\$81.806 em 31 de dezembro de 2023) e aplicação de caixa de R\$8.125 no consolidado em 31 de dezembro de 2024

A Administração reafirma sua confiança na capacidade da Companhia de manter a continuidade operacional, assegurando o cumprimento de suas obrigações financeiras e a adequada gestão do capital de giro conforme os vencimentos. Além disso, monitora de forma proativa a necessidade de capital de giro, adotando as medidas necessárias sempre que o passivo superar o ativo. Caso haja necessidade de caixa, os acionistas se comprometem a realizar aportes de capital.

No planejamento estratégico e na viabilidade da operação, a Companhia destaca:

- A construção de novas infraestruturas para ampliar a cobertura e atender às exigências regulatórias, conforme os orçamentos de Capex das operadoras de telefonia, suas clientes;
- Uso compartilhado das infraestruturas existentes por outras operadoras (*Collocations*);
- A captação de novos investimentos nacionais em *equity* no curto prazo. Caso sejam necessários recursos adicionais para manter os planos de investimento, a Companhia conta com o compromisso de seus acionistas, seja por meio de aportes de capital, aumento de capital ou venda de ativos.

No primeiro semestre de 2024, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$105.109, reforçando o compromisso da Administração e dos acionistas com a continuidade operacional e o cumprimento de suas obrigações financeiras e de capital de giro (vide Nota Explicativa 19).

Além disso, conforme Nota Explicativa 28 – Eventos Subsequentes, em 06 de março de 2025, a Companhia concluiu a emissão de debêntures incentivadas, cujo valor captado será utilizado para a liquidação antecipada da emissão anterior. Essa operação resultou no reperfilamento da dívida e na melhoria do perfil de endividamento. A Administração acredita que essa nova emissão, somada ao aumento de capital, garantirá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações. Caso haja necessidade de recursos adicionais, a Companhia poderá recorrer a captações alternativas, como desinvestimentos e novas emissões. A Administração mantém acesso a investidores e possui planos para novos aumentos de capital, se necessário.

Diante dessas iniciativas, a Administração afasta qualquer incerteza quanto à capacidade do Grupo de atender suas necessidades de recursos e refinarçar ou liquidar suas obrigações no vencimento. Com a concretização da 2ª emissão de debêntures, série única, a Administração entende que o Grupo dispõe

Notas Explicativas

de recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, conclui que a incerteza remanescente, quanto à sua continuidade operacional, é praticamente nula.

4.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Combinação de negócios

As combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos caracteriza um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A identificação de um negócio considera a existência de um input e um processo substantivo que gerem *output*.

O Grupo pode aplicar um “teste de concentração”, que simplifica a avaliação ao verificar se substancialmente todo o valor justo dos ativos adquiridos está concentrado em um único ativo ou grupo similar.

A contraprestação transferida e os ativos líquidos identificáveis adquiridos são mensurados a valor justo. O ágio gerado é testado anualmente para redução ao valor recuperável, enquanto ganhos em compras vantajosas são reconhecidos no resultado. Custos da transação são registrados no resultado, exceto os relacionados à emissão de dívida ou patrimônio.

Contraprestações contingentes são mensuradas a valor justo na aquisição. Se classificadas como instrumento patrimonial, não são remensuradas; caso contrário, são ajustadas periodicamente no resultado. Pagamentos de relações pré-existentes são reconhecidos no resultado.

4.3 Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações entre os grupos, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas provenientes dessas transações, são eliminados. Os ganhos não realizados de transações com investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial são eliminados em relação ao investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.4 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de Reais (moeda funcional da Companhia), exceto se mencionado de outra forma. Quando efetuadas

Notas Explicativas

divulgações de montantes em outras moedas, os valores também foram apresentados em milhares, exceto se mencionado de outra forma. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 11 de abril de 2025, conforme assembleia geral ordinária.

4.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo.

4.6 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

4.7 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez determinados julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e dos valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas de maneira prospectiva.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que podem resultar em efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 10 – Prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 3.2 – Aquisição de controladas: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

Nota Explicativa nº 8 – Provisão para perdas esperadas de créditos;

Nota Explicativa nº 10 – Ativo de direito de uso: determinação da vida útil do ativo de direito de uso;

Nota Explicativa nº 10 – Taxa incremental para ajuste a valor presente dos passivos de arrendamentos;

Nota Explicativa nº 12 – Imobilizado: determinação da vida útil do imobilizado;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para desmobilização das torres; e

Nota Explicativa nº 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

5. Normas, alterações e interpretações de normas

Desde 1º de janeiro de 2024, foram emitidas e entraram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas.

Alterações ao CPC 26 / IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações ao CPC 26 / IAS 1	Passivos com <i>covenants</i> – Critérios de classificação esclarecidos e novas divulgações
Alterações ao CPC 40 / IAS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
Alterações ao CPC 06	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou impactos significativos quando da adoção dessas novas normas, alterações e interpretações de normas.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração iniciais

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Notas Explicativas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia somente tinha ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for

Notas Explicativas

classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera os depósitos em bancos, certificados de depósitos e investimentos de curto prazo com vencimentos remanescentes de três meses ou menos no momento da aquisição como sendo caixa e equivalentes de caixa.

(vii) Contas a receber

As contas a receber dos clientes refletem os valores a receber de aluguéis de torres no curso normal dos negócios da Companhia. Caso o período de recebimento seja de um ano ou menos, os recebíveis são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são apresentados como ativo não circulante.

Os valores a receber de clientes são registrados com base no valor do serviço prestado mais os tributos aplicáveis sobre vendas.

A provisão para perdas esperadas de créditos foi baseada em um valor considerado suficiente pela Administração. Para mais detalhes da provisão para perdas esperadas de créditos vide a nota explicativa nº 8.

b. Política aplicável a transações sob controle comum

Notas Explicativas

Nas transações entre partes sob controle comum, a entidade adota a abordagem da continuidade dos valores contábeis. Dessa forma, os ativos e passivos transferidos são reconhecidos pelos seus valores contábeis previamente registrados nas demonstrações contábeis da entidade cedente, sem reconhecimento de ágio ou ganho por compra vantajosa.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos são mensurados ao custo histórico no momento da aquisição ou da construção, menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda por redução ao valor recuperável aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O custo inclui despesas diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui: (i) O custo dos materiais e da mão de obra direta; (ii) Quaisquer outros custos incorridos para colocar o ativo no local e em uma condição operável.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, líquidos do seu valor residual, pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	
	31/12/2024	31/12/2023
Torres	20 anos	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 anos
Equipamento de comunicação	10 anos	10 anos
Móveis e equipamentos de escritório	10 anos	10 anos
Gabinetes	10 anos	10 anos

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, o dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A revisão da vida útil e dos valores residuais do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente pela Companhia.

e. Obrigação de desmobilização de ativos

A obrigação de desmobilização de ativos é registrada com base nos custos estimados a serem incorridos com a desativação das torres no final de suas vidas úteis conforme determinado pelo CPC

Notas Explicativas

27 - Ativo Imobilizado e pela ICPC 12 Mudanças em Passivo Por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Os custos associados de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil dos ativos relacionados da torre e amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas e o passivo é acumulado através da data de liquidação estimada da obrigação, ambos os valores trazidos a valor presente.

São feitos ajustes no passivo relativo à provisão por desmobilização à medida que ocorrem mudanças nas estimativas de desembolso. Essas remensurações na provisão do passivo tem como contrapartida os ativos subjacentes, no imobilizado.

f. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O ativo intangível da Companhia compreende o direito de exploração das torres objeto do contrato com a Concessionária-040 com prazo de amortização em 30 anos, com base no plano de manutenção específico para as torres objeto deste contrato. Esse intangível foi mensurado pelo valor justo na data da transação.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados para a existência de quaisquer indicadores de redução ao valor recuperável. Caso esse indicador exista, o valor recuperável do ativo será estimado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o saldo total do intangível, no montante de R\$2.169, estava provisionado para perda por ausência de benefícios econômicos futuros para a Companhia relacionado ao direito de exploração do contrato com a Concessionária-040. A provisão será revertida à medida que tal ativo aumente os benefícios econômicos futuros.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises

Notas Explicativas

quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

Para as contas a receber a Companhia aplica uma abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A provisão estimada para perdas de créditos de liquidação duvidosa foi baseada em um valor considerado suficiente pela Administração, depois de levar em consideração prováveis contas incobráveis, análise individual de clientes e histórico de perda de 2 anos.

Para os demais ativos financeiros, a cada data de balanço, a Companhia avalia se esses ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

A Companhia não realiza a baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro, pois mesmo após o reconhecimento da provisão para perdas mantém a cobrança dos seus recebíveis.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excluindo impostos diferidos sobre a renda e contribuição social, são revisados em cada data de apresentação para determinar se há uma indicação de uma perda no valor recuperável. No caso de tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior dos valores em uso ou no valor justo menos o custo de venda. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos valores presentes por meio da utilização da taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições atuais do mercado em relação ao período de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda o valor recuperável estimado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que ocorreram a perda.

A perda de valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores é avaliada em cada data de apresentação para qualquer indicação de que a perda aumentou, diminuiu ou não mais existe. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança na estimativa utilizada para determinar o

Notas Explicativas

valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente em casos em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido determinado, líquido da depreciação ou da amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia indicação de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, exceto pelo ativo intangível.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefício de curto prazo dos empregados são mensuradas em bases não descontadas e incorridas como despesas à medida que os serviços relacionados são prestados.

O passivo é reconhecido para o valor que se espera ser pago nos termos dos planos de bônus em caixa ou participação nos lucros no curto prazo caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor como função de serviços passados prestados pelo empregado e caso a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal como resultado de evento passado, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base na melhor estimativa do risco envolvido.

j. Imposto de renda e contribuição social

A alíquota de imposto de renda do exercício, corrente e diferida, é de 15%, mais um adicional de 10% sobre a parte do lucro tributável que exceder R\$60 no trimestre. Além disso, 9% de imposto é aplicável ao lucro tributável da contribuição social. Até 30% do lucro tributável poderá ser reduzido na apuração do imposto corrente decorrente de prejuízo fiscal e base negativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos e eles se relacionarem a tributos sobre o lucro cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo e do passivo para fins contábeis e os valores correspondentes utilizados para fins fiscais. O imposto de renda diferido e a contribuição social são mensurados às alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando forem revertidas, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças

Notas Explicativas

temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos e eles se relacionarem a tributos sobre o lucro cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita, custos e despesas para o período projetivo de 6 anos.

k. Receita operacional**Vendas de serviços**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Serviços	Natureza	Reconhecimento da receita
Receita de aluguel de espaço nas torres	Compreende a prestação de serviços de aluguel de espaço nas torres conforme contratos pelo prazo de 10 anos. As faturas para os serviços de aluguel de torres são emitidas mensalmente e normalmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mensalmente, mediante a prestação do serviço.
Receita de arrendamentos de terrenos	Compreende a prestação de serviços de aluguel de terrenos para as quais são emitidas faturas mensalmente e normalmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mensalmente, mediante a prestação do serviço.
Receita de adequação de infraestrutura	Compreende a prestação de serviços de melhorias e adequações na infraestrutura das torres por solicitações específicas dos clientes. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mediante conclusão das adequações
Receitas de direitos de crédito provenientes de contratos de arrendamento	Compreende a prestação de serviço de cessão e gestão de fluxo de caixa relacionados à contratos de locação de imóveis associados à torres de comunicação. A Empresa adquire os fluxos de caixa dos arrendamentos de terrenos dos proprietários dos imóveis onde as torres estão instaladas. Nos contratos estão especificados os direitos de cada parte em relação à contratação de uso do espaço.	De acordo com a atividade, a receita é reconhecida pelo regime de competência dos direitos creditórios provenientes de contratos de locação de imóveis celebrados pela Companhia e locadores mensalmente.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras consistem em ganhos sobre investimentos de curto prazo, descontos a receber, variação monetária e variação cambial. A receita de juros é reconhecida na receita utilizando o método dos juros efetivos.

Despesas financeiras consistem em juros sobre debêntures, encargos bancários, juros a pagar, descontos concedidos, variação monetária passiva, variação cambial e imposto sobre transações financeiras (IOF).

m. Arrendamentos como arrendatário

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Notas Explicativas

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento, sendo que cada contrato possui apenas um componente de arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros que corresponde a taxa de empréstimo incremental da Companhia. A taxa de juros média dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2024 foi de 12,51% (12,00% em 2023), a depender dos prazos dos contratos de arrendamentos. A taxa incremental é calculada para cada contrato considerando seu prazo e condições no reconhecimento inicial e leva em consideração para a taxa livre de risco, a DI x Pré na data base com vencimento alinhado ao prazo de cada contrato, e para o fator de risco de crédito, o spread da Companhia, em linha com o prazo de cada contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

n. Provisão para demandas judiciais

São constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas**o. Resultado por ação**

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33 (Resultado por ação).

O resultado por ação básico é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Notas Explicativas

7. Caixa e equivalentes de Caixa

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Contas bancárias	117	26	21
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	16.302	16.298	25.608
Total	16.419	16.324	25.629

- (i) Os certificados de depósitos bancários (fundo de investimento) com taxas de remuneração de 101% da taxa CDI em 31 de dezembro de 2024 (102% e 106% em 31 de dezembro 2023) e de 101% do CDI para as Letras Financeiras, representados por títulos e valores mobiliários mantidos no Banco Bradesco S/A.

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa está divulgada na nota explicativa nº 25.

8. Contas a receber

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Cientes	26.028	25.920	31.231
Provisão para perda esperada (PECLD)	(221)	(221)	(6.336)
Total	25.807	25.699	24.895
Circulante	25.807	25.699	24.895
Não circulante	—	—	—

Contas a receber por vencimento

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	25.734	25.626	22.594
Vencidos entre 1 e 30 dias	73	73	66
Vencidos entre 31 e 60 dias	—	—	66
Vencidos entre 61 e 90 dias	—	—	542
Vencidos entre 91 e 360 dias	—	—	2.810
Vencidos acima de 360 dias	221	221	5.153
Total	26.028	25.920	31.231

Movimentação da provisão para perdas estimadas em contas a receber

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	6.337	6.337	6.331
Provisões reconhecidas durante o exercício	5	5	—
Provisões estornadas durante o exercício	(6.121)	(6.121)	5
Saldo final	221	221	6.336

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes está divulgada na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

9. Direitos creditórios

	Consolidado
	31/12/2024
Sites	338
Circulante	68
Não circulante	270

Direitos creditórios de contratos de arrendamentos adquiridos pela companhia junto a terceiros. O valor é registrado como ativo financeiro no balanço patrimonial da Companhia.

Esses ativos são registrados pelo custo amortizado, que é determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados.

10. Direito de Uso e Passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento da Companhia seguem um padrão de 10 anos, com duas renovações automáticas, totalizando 30 anos para arrendamentos de *greenfield* e *rooftop*. A renovação depende da decisão da Companhia, que tem a prerrogativa de exercer ou não as opções de prorrogação. Na data de início de cada arrendamento, a Companhia avaliou se era razoavelmente certo que exerceria essas opções e considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção. Os contratos mais antigos possuem vencimento em 2032, quando a Companhia iniciará a desmobilização das torres.

Os ativos de direito de uso relacionados aos arrendamentos estão registrados em rubrica específica no balanço patrimonial.

	Consolidado	
	Direito de uso	Passivos de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	394.386	441.369
Adições e remensurações (i)	117.962	117.962
Amortização do direito de uso	(30.683)	—
Juros do arrendamento	—	59.334
Amortização de Principal	—	(13.414)
Amortização de Juros	—	(59.334)
Efeitos da eliminação com partes relacionadas (ii)	(84.990)	(119.580)
Em 31 de dezembro de 2024	396.675	426.337
Circulante	—	59.036
Não circulante	396.675	367.301

	Controladora	
	Direito de uso	Passivos de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	394.386	441.369
Adições e remensurações (i)	117.962	117.962
Amortização do direito de uso	(30.683)	—
Juros do arrendamento	—	59.334
Amortização de Principal	—	(13.414)
Amortização de Juros	—	(59.334)
Em 31 de dezembro de 2024	481.665	545.917
Circulante	—	77.482
Não circulante	481.665	468.435

Notas Explicativas

	Controladora	
	Direito de uso	Passivos de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2022	361.873	393.270
Adições e remensurações (i)	58.373	58.373
Amortização do direito de uso	(25.860)	–
Juros do arrendamento	–	49.012
Amortização de Principal	–	(10.274)
Amortização de Juros	–	(49.012)
Em 31 de dezembro de 2023	394.386	441.369
Circulante	–	60.380
Não circulante	394.386	380.989

- (i) As adições referem-se aos aditivos e novos contratos firmados em 31 de dezembro de 2024 e a remensuração se deve a atualização dos fluxos de pagamentos conforme previsão contratual pelo IGPM ou IPCA, a depender do contrato de arrendamento.
- (ii) Os efeitos da eliminação com partes relacionadas refere-se a ajustes nos fluxos de pagamento relacionados às operações de arrendamento e aos direitos creditórios realizados entre as entidades do grupo, que refletem e foram contabilizados como se fosse uma modificação que alterou apenas a contraprestação a pagar. Ou seja, não houve alteração em relação ao escopo do arrendamento. Os detalhes sobre a dinâmica de relacionamento entre partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa 17.

Em 31 de dezembro de 2024 o passivo de arrendamento com partes relacionadas totalizavam R\$120.151 (R\$118.429 em 31 de dezembro de 2023). O ativo de direito de uso relacionado a esses contratos totalizava R\$85.495 em 31 de dezembro de 2024 (R\$102.600 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa a.a.
Até 12 anos	10,84%
De 13 anos a 16 anos	10,77%
De 17 anos a 20 anos	14,82%
Taxa média	12,50%

Os montantes mínimos a serem pagos, considerando contraprestação não descontadas, para o tempo remanescente dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2024 e classificados como arrendamento são como segue:

Ano	Consolidado	Controladora
2025	63.064	80.603
2026	63.064	80.603
2027	63.064	80.603
2028	63.064	80.603
2029	63.064	80.603
2030 em diante	669.348	802.688
Total	984.668	1.205.703
Juros embutidos	558.331	659.786
Saldo de Arrendamentos	426.337	545.917

Notas Explicativas

11. Investimento

c) Composição

O quadro a seguir sumariza o saldo investimentos em 31 de dezembro de 2024:

	Participação (%)	Saldo de investimento
Ponto Sul	100%	42.080
Z Fiber	100%	103
		42.183

A aquisição da Z Fiber e da Ponto Sul foi realizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº3.

d) Movimentação

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—
Investimento inicial	35.663
Reserva de lucros reflexa na reorganização societária	12.935
Baixa de reserva de lucros reflexa	(10.382)
Resultado Equivalência Patrimonial	3.967
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.183

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxa de depreciação	Consolidado		
		31/12/2024		
		Custo	Depreciação	Líquido
Torres	5%	466.760	(105.850)	360.911
Desmobilização das torres	5%	8.141	(3.744)	4.397
Máquinas e equipamentos	10%	52	(23)	29
Computadores e periféricos	20%	282	(161)	120
Equipamento de comunicação	10%	57	(36)	21
Móveis e equipamentos de escritório	10%	135	(57)	78
Gabinets	10%	19.749	(753)	18.995
Imobilizado em andamento		53.556	—	53.556
Terrenos		7.463	—	7.463
Outros ativos fixos		627	(94)	534
Total		556.822	(110.718)	446.104

	Taxa de depreciação	Controladora					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Torres	5%	466.760	(105.849)	360.911	388.202	(84.424)	303.779
Desmobilização das torres	5%	8.141	(3.744)	4.397	10.136	(3.341)	6.794
Máquinas e equipamentos	10%	52	(23)	29	26	(20)	7
Computadores e periféricos	20%	281	(161)	120	244	(117)	127
Equipamento de comunicação	10%	57	(36)	21	57	(31)	26
Móveis e equipamentos de escritório	10%	135	(57)	78	111	(45)	65
Gabinets	10%	19.749	(754)	18.995	—	—	—
Imobilizado em andamento		53.556	—	53.556	24.595	—	24.595
Outros ativos fixos		628	(94)	534	749	(31)	718
Total		549.359	(110.718)	438.641	424.120	(88.009)	336.111

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia indicação de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

b) Movimentação

Consolidado	01/01/2024	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Torres	303.779	144	—	78.415	—	(21.426)	360.912
Desmobilização das torres	6.794	3.680	(5.674)	—	—	(403)	4.397
Máquinas e equipamentos	7	26	—	—	—	(3)	30
Computadores e periféricos	127	37	—	—	—	(45)	119
Equipamento de comunicação	26	—	—	—	—	(5)	21
Móveis e equip. de escritório	65	24	—	—	—	(12)	77
Gabinets	—	—	—	19.748	—	(753)	18.995
Imobilizado em andamento	24.595	127.636	—	(98.163)	(512)	—	53.556
Terrenos	—	7.463	—	—	—	—	7.463
Outros ativos fixos	718	—	—	—	(121)	(63)	534
Total	336.111	139.010	(5.674)	—	(633)	(22.710)	446.104

Controladora	01/01/2024	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Torres	303.779	144	—	78.415	—	(21.426)	360.912
Desmobilização das torres	6.794	3.680	(5.675)	—	—	(403)	4.396
Máquinas e equipamentos	7	26	—	—	—	(3)	30
Computadores e periféricos	128	38	—	—	—	(45)	121
Equipamento de comunicação	26	—	—	—	—	(5)	21
Móveis e equip. de escritório	65	24	—	—	—	(12)	77
Gabinets	—	—	—	19.748	—	(753)	18.995
Imobilizado em andamento	24.595	127.636	—	(98.163)	(512)	—	53.556
Outros ativos fixos	717	—	—	—	(121)	(63)	533
Total	336.111	131.548	(5.675)	—	(633)	(22.710)	438.641

Controladora	01/01/2023	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2023
Torres	235.706	—	—	85.563	—	(17.490)	303.779
Desmobilização das torres	4.917	2.220	—	—	—	(343)	6.794
Máquinas e equipamentos	9	—	—	—	—	(3)	6
Computadores e periféricos	81	84	—	—	—	(38)	127
Equipamento de comunicação	31	—	—	—	—	(6)	25
Móveis e equip. de escritório	50	26	—	—	—	(10)	66
Imobilizado em andamento	10.356	99.802	—	(85.563)	—	—	24.595
Outros ativos fixos	122	627	—	—	—	(30)	719
Total	251.272	102.759	—	—	—	(17.920)	336.111

O saldo do imobilizado em andamento compreende as torres em construção. O prazo médio de conclusão da construção de uma torre é de 6 meses.

A desmobilização das torres compreende estimativas de gastos para desmobilizar as torres trazidos a valor presente pela taxa NTN-B na data base e de acordo com os prazos de desmobilização. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa de desconto média foi de 7,46% (6,32% em 31 de dezembro de 2023). A sua contabilização de adição/remensuração é registrada em contrapartida ao passivo com desmobilização de ativos e compreende os gastos de desmobilização estimados para as novas torres e a remensuração da taxa de desconto. As adições e remensurações não possuem efeito caixa.

Notas Explicativas**13. Fornecedores**

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	13.430	12.863	10.082
Total	13.430	12.863	10.082

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 25.

14. Obrigações tributárias

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre serviço a pagar (ISS)	–	–	22
Retenção da seguridade social a pagar (INSS)	512	512	278
Imposto de serviço retido na fonte pagável (ISS) (i)	6.894	6.894	5.453
COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social)	416	383	345
Contribuições sociais retidas na fonte	193	193	63
PIS (Programa de Integração Social)	87	80	69
Retenção de impostos sobre serviços de empresas	163	163	144
Retenção de imposto sobre o aluguel	117	117	94
Provisão para riscos (ii)	21.003	21.003	13.622
Outros impostos a pagar	1	–	3
Total	29.386	29.345	20.093

- (i) Retenção de Imposto Sobre Serviços (ISS) na fonte incidente sobre os serviços contratados pela Companhia, conforme legislação vigente, enquanto não liquidados.
- (ii) Passivo fiscal de IRPJ e CSLL de juros pagos sobre os empréstimos em moeda estrangeira entre os exercícios de 2019 a 2021, deduzidos da base tributável conforme estabelecido pela Lei 12.249.

15. Debêntures

Foi realizado entre 13 e 16 de janeiro de 2023, concluído com sucesso a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$500.000. O valor líquido recebido foi R\$486.857, sendo descontado o valor de R\$13.142 referente a comissão. As debêntures pagariam juros trimestrais a taxa de DI (B3) mais 4,5% spread e liquidação total em dezembro de 2028.

Com o valor recebido a Companhia em 13 de janeiro de 2023 liquidou o empréstimo com a Brazil Tower Company, LP no montante bruto de R\$274.181 e concedeu um empréstimo para a própria Brazil Tower Company, LP no valor de R\$88.593 com a taxa de DI (B3) mais 4,5% spread no prazo de 90 dias. Conforme previsão na escritura da debêntures, cláusula 3.2.1 do Instrumento Particular da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, que previa a utilização dos recursos na gestão de passivos, serviços de dívidas, pré-pagamento de empréstimos vigentes da Companhia com a Matriz e concessão de empréstimos da Companhia para as entidades BTC U.S. Caso haja necessidade de caixa para pagamento destes empréstimos, os acionistas se comprometem a fazer aporte de recursos.

Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía debêntures em circulação cuja escritura previa cláusulas restritivas (covenants) que estabeleciam obrigações a serem cumpridas ao longo da vigência do instrumento.

Notas Explicativas

Em 17 de março de 2025, a Companhia liquidou de forma antecipada a 1º emissão de debêntures, extinguindo qualquer exposição futura a tais cláusulas restritivas. Dessa forma, a Administração considera que não há riscos relacionados ao descumprimento de *covenants* financeiros associados a essas debêntures.

A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
			Valor contábil	Valor contábil
Subscrição 1ª emissão				
Série única	DI (B3) + 4,5%	Dez/2028	488.960	506.749
Total de debêntures			488.960	506.749
Circulante			23.111	19.698
Não Circulante			465.849	487.051

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	506.749	-
Debêntures	-	500.000
Juros provisionados	75.445	81.277
Juros pagos	(94.331)	(61.579)
Custo a amortizar	(1.418)	(15.464)
Amortização	2.515	2.515
Saldo final	488.960	506.749

16. Desmobilização de ativos

Compreende estimativas de gastos para desmobilizar as torres, com base em cotações obtidas com fornecedores, trazidos a valor presente pela taxa NTN-B na data base e de acordo com os prazos de desmobilização de 2032 a 2042. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa de desconto média foi de 7,46% (6,32% em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para desembolso com desmobilização de ativos	31.320	27.640
(-) Ajuste a valor presente	(20.655)	(15.644)
Total	10.665	11.996

Movimentação:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	11.996	9.218
Atualização do passivo	664	559
Remensuração do passivo	(1.995)	2.219
Saldo final	10.665	11.996

17. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus acionistas controladores, administradores, conselheiros, demais membros do pessoal-chave da Administração e seus respectivos familiares, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

As transações entre partes relacionadas, quando existentes, são realizadas dentro das condições acordadas entre as partes, com base em critérios de razoabilidade e alinhadas às práticas de governança adotadas pela Companhia. Os saldos e operações registradas estão detalhados nas tabelas a seguir:

- JSR Consultoria em gestão de negócios – Prestação de serviços de gerenciamento;
- Kiki do Brasil Participação Ltda. – Despesas com aluguéis;
- 021 Participações Societárias Ltda. – Custos com arrendamento.

	Natureza	Relacionamento da BTC	Consolidado	Controladora	
			31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Empréstimos a receber					
Brazil Tower Company, LP	Empréstimos concedidos	Controladora indireta	103.157	103.157	96.017
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Empréstimos concedidos	Controlada	–	–	39.790
Direito de uso					
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Direito de uso com aquisição de direitos creditórios	Controlada	–	84.990	102.079
021 Participações Societárias Ltda.	Direito de uso com aquisição de direitos creditórios	Outras partes relacionadas	505	505	521
Investimento					
Z Fiber Holding Ltda	Aquisição de controlada	Outras partes relacionadas	–	440	–
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Aquisição de controlada	Controlada	–	35.643	–
Total			103.662	224.735	238.407
Passivo					
Passivos de arrendamento					
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Obrigações de Arrendamento	Controlada	–	119.580	117.862
021 Participações Societárias Ltda	Obrigações de Arrendamento	Outras partes relacionadas	571	571	567
Outros passivos					
Kiki do Brasil Participação Ltda.	Aluguéis	Outras partes relacionadas	13	13	13
Total			584	120.164	118.442

Notas Explicativas

	Natureza	Relacionamento da BTC	Consolidado	Controladora	
			31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado					
Receita Líquida					
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Arrendamentos de terrenos	Controlada	–	8.482	7.048
Custos					
021 Participações Societárias Ltda	Custos com arrendamento	Outras partes relacionadas	(80)	(80)	(79)
Despesas					
Kiki do Brasil Participação Ltda	Despesa com aluguéis	Outras partes relacionadas	(225)	(225)	(225)
JSR Consultoria em Gestão de Negócios	Prestação de serviços	Outras partes relacionadas	–	–	(318)
Resultado Financeiro					
Brazil Tower Company, LP	Despesas Financeiras	Controladora indireta	(16)	(16)	3.322
Total			(321)	8.161	9.748

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, bem como os efeitos nos resultados, estão apresentados a seguir, com base nas datas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

a) Empréstimos a receber

		Consolidado	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Brazil Tower Company, LP (i)	Controlador indireto	103.157	103.157	96.017
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda (ii)	Controlada	–	–	39.790
Total		103.157	103.157	135.807

(i) Empréstimos em reais a receber de parte relacionada com a taxa de DI (B3) mais 4,5% spreads no prazo de 90 dias, já vencidos. No mês de agosto de 2023 a operação teve um aditamento, alterando o vencimento para 30 de março de 2025, com pagamento trimestral dos juros. No entanto, em 30 de março de 2025, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28, item 4 e 5, a Companhia firmou o segundo aditamento contratual e recebeu o montante de R\$15.000 a título de juros, dos quais R\$14.564 referiam-se a valores vencidos em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Empréstimo em reais a receber que, após a reorganização societária foram integralmente quitados entre as partes.

b) Movimentação dos empréstimos a receber e a pagar

	Consolidado e Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda.	Brazil Tower Company, LP
1 de janeiro de 2024	–	96.017	39.790	–
Adições	–	–	1.513	–
Juros	15.226	–	–	–
Transferência para curto prazo	7.424	(7.424)	–	–
Compensação (i)	–	–	(41.303)	–
Pagamentos de juros	(8.086)	–	–	–
31 de dezembro de 2024	14.564	88.593	–	–

Notas Explicativas

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda.	Brazil Tower Company, LP
1 de janeiro de 2023	–	–	41.863	276.487
Adições	–	88.593	14.368	–
Juros	–	7.424	–	1.016
Pagamento de Variação cambial	–	–	–	(84.526)
Pagamento de principal	–	–	–	(132.065)
Compensação (i)	–	–	(16.441)	–
Pagamentos de juros	–	–	–	(60.912)
31 de dezembro de 2023	–	96.017	39.790	–

- (i) Amortizações referente a contratos de arrendamento nos quais a BTC é arrendatária, cujos direitos de crédito dos arrendadores são devidos para a Ponto Sul.

c) Operações com pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração inclui salários:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração global	1.269	1.269	836
Total	1.269	1.269	836

Os valores pagos nas transações referentes à transações com pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentada abaixo:

	Nota	Consolidado	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de assessoria e consultoria	(i)	–	–	318
Aluguel de imóvel	(ii)	225	225	225
Aluguel de terreno para alocação de torre	(iii)	80	80	79
Total		305	305	623

- (i) A Companhia contratou serviços de assessoria e consultoria por meio da empresa JSR Consultoria em Gestão de Negócios, vinculada a um de seus diretores. O Contrato e os valores correspondentes foram faturados conforme os termos e condições estabelecidos contratualmente entre as partes.
- (ii) A Companhia celebrou contrato de locação de imóvel com a empresa Kiki do Brasil Participações Ltda., entidade parte relacionada. Os valores correspondentes foram faturados conforme os termos e condições estabelecidos contratualmente entre as partes.
- (iii) A Companhia mantém contrato de locação de terreno, com o objetivo de instalação de torre, por meio da empresa 021 Participações Societárias Ltda., entidade vinculada a um de seus diretores. O Contrato e os valores correspondentes foram faturados conforme os termos e condições estabelecidos contratualmente entre as partes.

Notas Explicativas

d) Acionistas e controladores

A companhia é a única controladora, quotista e acionista das sociedades Ponto Sul e Z Fiber classificadas como suas subsidiárias integrais.

O controle direto da Companhia é exercido pela Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"), da qual a Brazil Tower Company LP é a única quotista.

A controladora final da Companhia é a 1848 Capital Partners LLC ("1848") que tem como acionistas:

- John Joseph Sicilian -33,33%
- David William Neihardt – 33,33%
- Joseph Edward DaGrosa Jr. – 33,33%

A BTC Management II, LLC, empresa constituída e controlada pela 1221 Capital Partners ("1221"), é administradora da estrutura no Brasil. A 1221 tem a seguinte estrutura acionária:

- Thomas Staz – 35%
- John Sicilian – 35%
- Joshua C. Wood – 20%
- James R. Tolzien -10%

Adicionalmente, destaca-se que a 1221 e a 1848 compartilham parte de seus membros na administração, evidenciando a existência de administração comum entre as entidades.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de créditos, liquidez, câmbio e juros relacionados aos empréstimos com partes relacionadas estão divulgados na nota explicativa nº 25.

e) Passivo de arrendamento

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento com partes relacionadas (i)	10.249	6.424
Passivo de arrendamento com aquisição de direitos creditórios pela Ponto Sul (ii)	109.902	112.005
Total	120.151	118.429
Circulante	18.522	17.027
Não circulante	101.629	101.402

- (i) Refere-se aos contratos de arrendamento dos terrenos de propriedade da Ponto Sul com a Companhia, os quais estabelecem as condições de uso e exploração dos imóveis, permitindo que a empresa desenvolva suas operações e projetos de infraestrutura. A Companhia considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção, consistente com a política do Grupo. Embora os termos sejam geralmente estáveis ao longo do tempo, podem eventualmente ser ajustados, o que é incomum, mas previsto contratualmente. Em caso de inadimplemento, é usual a aplicação de multa de 2% sobre o valor em atraso, em linha com a prática do mercado.
- (ii) Refere-se a contratos de arrendamento dos quais a Ponto Sul adquiriu o direito creditório dos aluguéis a serem pagos mensalmente pela BTC S.A. A Companhia considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção, consistente com a política do Grupo. Embora alterações contratuais possam eventualmente ocorrer, tal prática é rara, considerando a estabilidade buscada nas relações contratuais de longo prazo. Em caso de atraso no pagamento, é prevista, conforme prática usual de mercado, a aplicação de multa de 2% sobre o valor devido.

A Ponto Sul atua na gestão e aquisição de direitos creditórios relacionados a contratos de arrendamento de terrenos com terceiros, utilizados pela BTC para a instalação de torres de telecomunicação. A BTC firma contratos de arrendamento de longo prazo com proprietários de terrenos, garantindo a disponibilidade das áreas para suas infraestruturas. Para otimizar o fluxo de caixa e reduzir sua exposição financeira, a Ponto Sul adquire antecipadamente os direitos creditórios desses contratos,

Notas Explicativas

realizando o pagamento à vista aos proprietários. Como resultado, a BTC passa a efetuar os pagamentos mensais de aluguel diretamente para a Ponto Sul. Até 31 de dezembro de 2024, a BTC desembolsou R\$907 à Ponto à título de arrendamento.

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista. A determinação da provisão necessária para essas contingências foi efetuada após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração mensurou e reconheceu provisão para os processos com probabilidade de perda provável a seguir:

	Consolidado e Controladora			
	01/01/2024	Adições	Reversões	31/12/2024
Trabalhistas	3.319	–	(3.122)	197
Cíveis	93	6	–	99
Total	3.412	6	(3.122)	296

	Controladora			
	01/01/2023	Adições	Reversões	31/12/2023
Trabalhistas	932	2.387	–	3.319
Cíveis	130	–	(37)	93
Total	1.062	2.387	(37)	3.412

Resumo das ações classificadas como risco provável e provisionadas

Ao exercer o julgamento sobre a possibilidade de perda de uma ação, os assessores da Companhia levam em conta as particularidades do andamento processual, como um recurso negado, uma sentença desfavorável e o histórico de julgamentos semelhantes.

- Ações trabalhistas: Referem-se às ações que têm por objeto reivindicar o pagamento de verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467, pagamento em dobro dos domingos e feriados laborados, RSR, e respectivos reflexos, indenização substitutiva do seguro-desemprego, indenização de um salário por cada ano de trabalho (ausência de cadastro no RAIS), indenização por danos materiais em razão dos honorários advocatícios convencionados. Adicionalmente, tratam-se de processos que exigem AP proporcional, férias em dobro simples e proporcionais + 1/3, indenização ao dado existencial e moral, reconhecimento de vínculo, pagamento do FGTS e da multa de 40%, liberação dos depósitos do FGTS, indenização: (i) substitutiva do seguro desemprego, (ii) do vale refeição, (iii) substitutiva pelo não fornecimento do plano de saúde, (iv) substitutiva pela não disponibilização do convênio farmácia, (v) do vale transporte, PLR, adicional de transferência, baixa na CTPS.
- Ações cíveis: Referem-se às ações decorrentes de cumprimento de sentença na qual a BTC foi condenada a efetuar o pagamento de aluguéis entre o período de 04 de março de 2015 a 26 de janeiro de 2016, mais 22 dias proporcionais relativos ao aluguel de R\$1,5 + multa contratual no valor de 3 meses de aluguel. Adicionalmente, trata-se de ações de execução (descumprimento contratual) devido ao inadimplemento com os aluguéis. Os exequentes alegam ter sido pago apenas

Notas Explicativas

a primeira parcela do aluguel, sendo devido aluguel desde 60 dias após assinatura do contrato até a data em que eles notificaram a BTC.

Resumo das contingências classificadas como possíveis e não provisionadas

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, a Administração mensurou as seguintes contingências passivas com probabilidade de perda possível:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	30	30	30
Trabalhistas	–	–	765
Cíveis	40	40	40
Total	70	70	835

- Ações tributárias: Trata-se da execução de crédito não tributário, relativo à cobrança de indenização que deveria ser paga ajustado com o município, bem como multa por descumprimento de cláusulas.
- Ações trabalhistas: Referem-se às ações que têm por objeto reivindicar reversão da justa causa, verbas rescisórias (aviso prévio, saldo de salário, férias integrais em dobro e proporcionais + 1/3, 13º salário e FGTS + 40%, liberação das guias para seguro-desemprego), horas extras + reflexos, acúmulo de função e dano moral. Além disso, os processos trabalhistas movidos contra a Companhia exigem o reconhecimento de vínculo laboral entre as partes e questionamentos sobre diferença salarial.
- Ações cíveis: Referem-se às ações que têm por objeto reivindicar cobrança do valor da diferença entre o valor do aluguel reajustado com o índice IGP-M e o valor pago com outro índice.

Depósitos judiciais

Referem-se a garantias judiciais. As ações que compõem esse ativo não circulante estão classificadas conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	52	52	49
Trabalhistas	158	158	1.010
Cíveis	1.897	1.897	1.291
Total	2.107	2.107	2.350

Os saldos de depósitos judiciais são apresentados na rubrica de “Outras contas a receber”, integralmente no ativo não circulante.

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, após a reestruturação societária detalhada na Nota explicativa nº 3, o capital social integralizado era de R\$211.808 dividido em 211.808.182 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 31 de dezembro 2023 era de R\$106.699, dividido em 108.417.531 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme abaixo:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	Valor (R\$)	%	Quantidade de ações	Valor (R\$)	%
Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	211.808.182	211.808.182	100	—	—	—
Brazil Tower Company, LP	—	—	—	101.200.961	101.200.961	94,85
BTC Development, LLC	—	—	—	7.216.568	5.497.565	5,15
BTC Development Intermediary, LLC	—	—	—	1	1	0,000001
BTC Intermediary, LLC	—	—	—	1	1	0,000001
Total	211.808.182	211.808.182	100	108.417.531	106.698.528	100

b) Reserva legal

Sobre o lucro do exercício será constituída reserva legal de 5%, até atingir 20% do capital social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, podendo tal reserva ser utilizada para absorção de prejuízo acumulado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, a Companhia não constituiu reserva legal pois teve prejuízo no período e ainda possui saldo de prejuízo acumulado.

c) Dividendos

Mediante a aprovação dos acionistas, o lucro líquido pode ser distribuído aos membros em proporção ao capital social ou retido de acordo com a lei. Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% sobre o lucro líquido após a constituição das reservas estatutárias e após a absorção dos prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, apurou resultado líquido negativo, sendo assim, a Companhia continua a não fazer a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios em virtude da absorção dos prejuízos acumulados nos preceitos do artigo 189 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	Básico		Diluído	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(23.829)	(66.704)	(23.829)	(66.704)
Quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas	211.808	108.418	211.808	108.418
Resultado por ação (em reais)	(0,11)	(0,62)	(0,11)	(0,62)

A Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluidoras em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas**20. Receita**

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita de adequação de infraestrutura	986	986	690
Receita de aluguel das torres	64.679	64.679	47.727
Receita de arrendamentos de terrenos	88.949	88.849	76.380
Receita de direitos creditórios	213	–	–
Receita bruta	154.827	154.514	124.797
Impostos sobre a receita bruta	(6.212)	(6.008)	(4.544)
Receita líquida	148.615	148.506	120.253

21. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Energia e seguros	(759)	(759)	(602)
Depreciação	(20.587)	(20.587)	(16.238)
Depreciação do direito de uso	(25.956)	(30.684)	(25.860)
Total	(47.302)	(52.030)	(42.700)

22. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas e despesas	(34)	(34)	(2.258)
Despesas de pessoal	(6.779)	(6.771)	(4.992)
Serviços terceirizados	(3.053)	(2.828)	(2.936)
Aluguel de escritório	(607)	(607)	(476)
Taxas e despesas legais	(1.154)	(1.147)	(1.314)
Serviços de contabilidade e auditoria	(1.422)	(1.388)	(1.967)
Serviços jurídicos	(1.685)	(1.685)	(1.107)
Gerais e administrativas	(1.031)	(1.030)	(1.208)
Total	(15.765)	(15.490)	(16.258)

23. Despesas financeiras, líquidas

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento aplicação de curto prazo	3.713	3.713	8.884
Descontos obtidos	26	26	185
Juros Ativos	15.045	15.045	15.266
Variação cambial	–	–	3.322
Variação monetária	382	382	176
Receita financeira	19.166	19.166	27.833
Juros de arrendamento	(59.334)	(59.334)	(49.012)
Despesas bancárias	(2.873)	(2.873)	(2.729)
Juros a pagar	(4.907)	(4.906)	(1.433)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1.325)	(1.324)	(1.341)
Variação monetária	(75.750)	(75.750)	(81.369)
Juros desmobilização de ativos	(664)	(664)	(559)
Desconto	(8)	(8)	(8)
Tarifas	(3.233)	(3.233)	(706)
Despesas financeiras	(148.094)	(148.092)	(137.157)
Despesas financeiras líquidas	(128.928)	(128.926)	(109.324)

Notas Explicativas

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(27.091)	(27.683)	(48.166)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	9.211	9.412	—
Ajuste para apuração dos tributos sobre o lucro: (adições)/exclusões			
Prejuízo fiscal e base negativa	—	—	(3.151)
Variação cambial	—	—	28.739
Despesas dedutíveis	(3.854)	(3.854)	(7.050)
Outras (adições)/exclusões	592	—	—
IRPJ e CSLL	(3.262)	(3.854)	(18.538)
IRPJ e CSLL Corrente	592	—	—
IRPJ e CSLL Diferido	(3.854)	(3.854)	(18.538)
Alíquota efetiva	12%	14%	38%

b) Impostos diferidos

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo fiscal diferido		
Diferenças temporárias		
Depreciação da desmobilização de ativos	(3.744)	(3.341)
Provisão para perdas esperadas de crédito	(221)	(6.337)
Provisão para demandas judiciais	(296)	(3.412)
Atualização da provisão para desmobilização de ativos	(2.524)	(1.860)
Efeitos da adoção do arrendamento	(64.556)	(45.809)
Diferença depreciação fiscal	(3.819)	(3.067)
	(75.160)	(63.826)
Prejuízo fiscal e base negativa	(10.000)	(10.000)
Base de cálculo	(85.160)	(73.826)
Imposto diferido (34%)	(28.954)	(25.101)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que o lucro tributável futuro estará disponível e contra o qual será utilizado. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados em cada data das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não for mais provável.

25. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros no curso das operações. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos para assegurar a liquidez, a lucratividade e a segurança. O emprego dos instrumentos financeiros com o objetivo de proteção foi feito por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende

Notas Explicativas

cobrir (taxa de câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em monitoramento permanente das condições contratadas versus as condições prevalecentes no mercado.

A Companhia não realiza investimentos em forma de derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, e não celebra contratos que seriam definidos como hedges ou swaps.

Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias estabelecidas pela Administração da Companhia.

Os valores realizáveis estimados para os ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas para avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para elaborar estimativas mais apropriadas de valores realizáveis. Como resultado, as estimativas abaixo não indicam, necessariamente, os valores que podem ser obtidos no mercado atual de câmbio. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores realizáveis estimados.

As seguintes informações quantitativas adicionais relativas aos riscos resultantes do uso de instrumentos financeiros:

Riscos de crédito

Um risco de crédito é o risco de perda financeira para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber dos clientes da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente por características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes que os termos e condições padrão do pagamento sejam concedidos.

A Companhia estabelece provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa que representam sua estimativa baseada em prováveis contas incobráveis, análise individual de clientes e histórico de perda. O componente principal dessa provisão está especificamente relacionado aos riscos individuais significativos, e a Companhia acredita que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo provisionado era de R\$221 (R\$6.336 em 31 de dezembro de 2023).

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia são mantidos por meio de grandes instituições financeiras no Brasil. A Companhia gerencia o risco de crédito realizando operações com contrapartes de alta qualidade do crédito, limitando o valor da exposição a cada contraparte quando possível e monitorando a condição financeira das contrapartes.

O valor contábil do ativo financeiro representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	16.419	16.324	25.629
Contas a receber (Nota 8)	25.807	25.699	24.895
Empréstimos a receber de partes relacionadas (Nota 17)	103.157	103.157	135.807
Outras contas a receber	2.841	2.841	3.006
Total	148.224	148.021	189.337

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia possa enfrentar dificuldades no cumprimento das obrigações associadas aos passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, na

Notas Explicativas

medida do possível, que ela sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações quando do vencimento, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com o risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia normalmente assegura que tem caixa suficiente para cumprir as despesas operacionais esperadas por um período aproximado de 90 dias, incluindo o cumprimento das obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem estar razoavelmente previstos, tais como desastres naturais.

Os vencimentos dos passivos financeiros não derivativos são os seguintes:

Consolidado						
31/12/2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	12 meses ou menos	24 meses ou menos	36 meses ou menos	Mais de 36 meses
Fornecedores	13.430	(13.430)	(13.430)	—	—	—
Passivo de arrendamento	426.337	(984.668)	(63.064)	(63.064)	(63.064)	(795.476)
Debêntures	488.960	(488.960)	(23.111)	(72.049)	(122.410)	(271.030)
Outras contas a pagar	21.237	(21.237)	(21.237)	—	—	—
	949.964	(1.508.295)	(120.842)	(135.473)	(185.474)	(1.066.506)

Controladora						
31/12/2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	12 meses ou menos	24 meses ou menos	36 meses ou menos	Mais de 36 meses
Fornecedores	12.863	(12.863)	(12.863)	—	—	—
Passivo de arrendamento	545.917	(1.205.703)	(80.603)	(80.603)	(80.603)	(963.894)
Debêntures	488.960	(488.960)	(23.111)	(72.409)	(122.410)	(271.030)
Outras contas a pagar	21.237	(21.237)	(21.237)	—	—	—
	1.068.975	(1.728.763)	(137.814)	(153.012)	(203.013)	(1.234.924)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, especialmente os preços do aluguel. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é o de gerenciar e controlar exposições a mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, que estão atreladas a variação do CDI, e empréstimos a pagar a partes relacionadas que está sujeito a variação da Libor 6 meses. Com relação a taxa de juros Libor 6 meses, a Companhia avaliou os impactos da reforma global para substituição da taxa em 2023 e em virtude da liquidação de tal transação ter ocorrido em janeiro de 2023 nenhum impacto é esperado.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco cambial de empréstimos denominados em moeda diferente da moeda funcional do reais (BRL). Atualmente a Companhia não tem contratos com as Companhias do grupo no exterior, veja a Nota Explicativa nº 17.

Análise de sensibilidade

A Companhia possuía apenas um contrato de empréstimo a pagar a parte relacionada que estava sujeito a variação do dólar e Libor 6 meses. Tal transação foi 100% liquidada em 13 de janeiro de 2023 pelo valor de R\$274.181.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, para o caso da variável de risco de 50% da CDI, IGP-M, DI e Libor no período de um ano.

Notas Explicativas

O Cenário I corresponde às taxas de juros que na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações.

Premissas para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2024:

	Risco	31/12/2024	Cenário provável	Cenário Possível
IGP-M e IPCA	Aumento do IGP-M	6,54%	8,18%	9,81%
Passivo de arrendamento		545.917	590.546	599.471
Efeito estimado no resultado			44.629	53.554
DI	Aumento do DI	10,88%	13,60%	16,32%
Debêntures		488.960	555.459	568.758
Efeito estimado no resultado			66.499	79.798

Premissas para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023:

	Risco	31/12/2023	Cenário provável	Cenário Possível
IGP-M e IPCA	Aumento do IGP-M	-3,18%	-3,98%	-4,77%
Passivo de arrendamento		441.369	423.825	420.316
Efeito estimado no resultado			17.544	21.053
DI	Aumento do DI	11,65%	14,56%	17,48%
Debêntures		506.749	580.544	595.303
Efeito estimado no resultado			73.795	88.554

A análise de sensibilidade apresentada a seguir considera as variações em relação ao Dólar norte-americano, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas aos demais riscos.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	Nível	Consolidado	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Custo amortizado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)		16.419	16.324	25.629
Contas a receber (Nota 8)		25.807	25.699	24.895
Empréstimos a partes relacionadas (Nota 17)		103.157	103.157	135.807
Outras contas a receber		2.841	2.841	3.007
Passivos				
Fornecedores (Nota 13)		(13.430)	(12.863)	(10.082)
Debêntures (Nota 15)	1	(488.960)	(488.960)	(506.749)
Outras contas a pagar		(21.237)	(21.237)	(23)

26. Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos operacionais reportáveis, que oferece serviços a clientes específicos. Estes segmentos são determinados pela natureza dos serviços prestados.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	Operações
Adequação de Infraestrutura	Manutenção das torres de propriedade da Companhia.
Cessão de espaço em torre	Locação de espaço em torres para clientes diversos no Brasil.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente. Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável.

	31/12/2024		
	Adequação de Infraestrutura	Cessão de espaço em torre	Total
Receita Líquida	695	147.811	148.506
Custo dos serviços	(536)	(51.494)	(52.030)
Lucro (prejuízo) bruto	159	96.317	96.476
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(56)	(12.067)	(12.123)
Perdas estimadas de crédito liquidação duvidosa	29	6.087	6.116
Outras receitas	50	10.724	10.774
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos	182	101.061	101.243
Receitas Financeiras	89	19.076	19.165
Despesas Financeiras	(691)	(147.400)	(148.091)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(420)	(27.263)	(27.683)
Imposto de renda e contribuição social	18	3.836	3.854
Resultado do exercício	(402)	(23.427)	(23.829)
Ativos	5.555	1.138.347	1.143.902
Passivos circulante e não circulante	5.334	1.093.084	1.098.418

	31/12/2023		
	Adequação de Infraestrutura	Cessão de espaço em torre	Total
Receita Líquida	665	119.588	120.253
Custo dos serviços	(536)	(42.165)	(42.701)
Lucro (prejuízo) bruto	129	77.423	77.552
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(89)	(16.169)	(16.258)
Perdas estimadas de crédito liquidação duvidosa	(4)	(733)	(737)
Outras receitas	3	598	601
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos	39	61.119	61.158
Receitas Financeiras	154	27.679	27.833
Despesas Financeiras	(758)	(136.398)	(137.156)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(565)	(47.600)	(48.165)
Imposto de renda e contribuição social	(102)	(18.436)	(18.538)
Resultado do exercício	(667)	(66.036)	(66.703)
Ativos	5.242	942.920	948.162
Passivos circulante e não circulante	5.511	991.382	996.893

Existe mais de um cliente que individualmente possui mais 10% da receita. No entanto, coletivamente esses clientes representam aproximadamente 89,95% do total das receitas.

Notas Explicativas

27. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa

A Companhia apresentou algumas transações não monetárias que não afetaram as demonstrações dos fluxos de caixa, conforme mostrado abaixo:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Compensação de arrendamentos entre Partes Relacionadas	-	(10.382)	-
Compensação de empréstimos com arrendamentos entre Partes Relacionadas	-	(5.660)	-
Conversão de empréstimos com partes relacionadas em participação Societária	-	(35.643)	-
Aumento (redução) de imobilizado devido à obrigação de desmobilização de ativos	1.995	1.995	(2.220)
Compras do imobilizado ainda não pagas	(9.527)	(9.527)	(4.685)
Adições e remensurações de direito de uso/passivo de arrendamento	(117.963)	(117.963)	(58.374)
	(125.495)	(177.180)	(65.279)

28. Eventos Subsequentes

Após a data de encerramento do período financeiro de 2024, ocorreram os seguintes eventos relevantes, que vão impactar positivamente a posição financeira e os resultados operacionais da companhia:

- Emissão de Debêntures Incentivadas:** Em 06 de março de 2025, a companhia concluiu a emissão de debêntures incentivadas, tendo sido escriturados o valor de R\$625.000 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais). Essa emissão visou captar recursos para pré-pagamento das debêntures emitidas em 2023 e destinar recursos ao projeto de construção de infraestruturas de telecomunicações para expansão de rede de telefonia, em atendimento às regras vigentes na linha de crédito incentivado, aprovada pelo MCom. A operação se sujeitou às condições do mercado e à aprovação das autoridades competentes.
A primeira apuração de *covenants* financeiros relacionados à segunda emissão deverá ser realizada após o *Completion* Físico ou até 30 de junho de 2026, o que ocorrer primeiro. Não haverá apurações de *covenants* em 2025, sendo o primeiro teste previsto exclusivamente para 30 de junho de 2026.
- Liquidação de debêntures:** Após a emissão da 2ª emissão de debêntures, série única, a Companhia concluiu, em 17 de março de 2025, a liquidação integral da debênture anteriormente emitida, na ordem de R\$528.897, cumprindo com suas obrigações financeiras e reforçando sua estratégia de gestão de passivos.
- Aporte de Capital pelos Investidores:** Os investidores da companhia aportaram o montante de R\$117.000 no dia 24 de março de 2025. Os aportes têm como objetivo principal o fortalecimento do caixa da empresa para cumprimento da meta de expansão da carteira de infraestrutura, cujo resultado é aumento da receita e melhoria da estrutura financeira da companhia. O aporte está em processo de formalização e será contabilizado conforme os procedimentos acordados entre as partes.
- Segundo aditamento do empréstimo a receber de parte relacionada:** Em 30 de março de 2025, a Companhia firmou o segundo aditamento ao contrato, alterando o vencimento do principal para pagamento semestral, nos meses de fevereiro e agosto, com o primeiro pagamento previsto para agosto de 2028 e o último para fevereiro de 2039.
- Recebimento de juros atrasados:** Em 30 de março de 2025, a Companhia recebeu da Brazil Tower Company, LP a quantia de R\$15.000 referente à quitação de juros contratuais devidos relativos ao exercício de 2024.

Notas Explicativas

Esses eventos subsequentes foram avaliados pela administração e considerados materiais para a análise da situação financeira da companhia, cujos impactos serão reportados nas demonstrações de 2025.

* * *

Júlio Simões Roland
Diretor financeiro

Rogério Marques Noé
Contador
CRC.: MG 054168/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e acionistas da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.
Nova Lima – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do Passivo de arrendamento

Veja a Nota 6 (m) e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, que referem-se aos aluguéis dos terrenos que são utilizados para a construção de suas torres de operação.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros, que corresponde a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas na determinação da premissa "prazo do arrendamento", utilizadas na mensuração do valor presente dos pagamentos do arrendamento, que se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Inspecionamos através de amostragem se os contratos de aluguéis iniciados e ativados em 2024 foram considerados na composição de acordo com as normas contábeis vigentes (IFRS 16/CPC 06 (R2)).
- Avaliamos o julgamento realizado pela administração na determinação do prazo do arrendamento, considerando opções de prorrogação ou opções de rescisão.
- Recalculamos a mensuração dos passivos de arrendamento para todos os contratos vigentes.
- Inspecionamos, por amostragem, a liquidação financeira dos pagamentos dos arrendamentos, bem como os contratos vinculados a operação.
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram o reconhecimento e a mensuração do passivo de arrendamento, os

quais foram registrados pela administração.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do passivo de arrendamento, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

(i) Sr. CHAHRAM CHARLES ZOLFAGHARI, francês, solteiro, empresário, portador do Passaporte Francês nº 19FV10413, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros (RNE) V454089-2, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") nº 059.746.677-78, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores; (ii) a Sra. ANA JULIA DA CUNHA PEIXOTO REIS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 146971, e inscrita no CPF sob o nº 079.142.126-01, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretora Jurídica; e (iii) o Sr. JULIO SIMÕES ROLAND, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº M-3.644.455, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 742.615.416-53; com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na qualidade de Diretor Financeiro e de Operações, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRA- ESTRUTURAS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 14.292.540/0001-09, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.151.344 ("Companhia"), vêm, nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nova Lima, 11 de abril de 2025.

Chahram Charles Zolfaghari
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ana Julia Da Cunha Peixoto Reis
Diretora Jurídica

Julio Simões Roland
Diretor Financeiro e de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

(i) Sr. CHAHRAM CHARLES ZOLFAGHARI, francês, solteiro, empresário, portador do Passaporte Francês nº 19FV10413, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros (RNE) V454089-2, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") nº 059.746.677-78, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores; (ii) a Sra. ANA JULIA DA CUNHA PEIXOTO REIS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 146971, e inscrita no CPF sob o nº 079.142.126-01, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretora Jurídica; e (iii) o Sr. JULIO SIMÕES ROLAND, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº M-3.644.455, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 742.615.416-53; com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na qualidade de Diretor Financeiro e de Operações, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRA- ESTRUTURAS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, 6º andar, Salas 601, 602, 603, 604, 605, 607, 608 e 609, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 14.292.540/0001-09, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.151.344 ("Companhia"), vêm, nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nova Lima, 11 de abril de 2025.

Chahram Charles Zolfaghari
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ana Julia Da Cunha Peixoto Reis
Diretora Jurídica

Julio Simões Roland
Diretor Financeiro e de Operações